

## Editorial

As Escolas Técnicas do SUS são as responsáveis pela qualificação de 72 mil Agentes Comunitários de Saúde em todo Brasil. Com isso todos saem ganhando: os gestores, as escolas, os agentes e principalmente o Sistema Único de Saúde, que terá trabalhadores muito mais qualificados para atuar no desenvolvimento da atenção básica, contribuindo para consolidá-la como uma estratégia fundamental para o SUS.

O Agente Comunitário de Saúde, como todos sabem, é o elo entre a comunidade e os serviços de saúde. Sua atuação é essencial, para as ações de promoção e prevenção e para mapear os territórios sociais de produção das doenças.

Por isso, nesta edição, preparamos uma matéria sobre como anda a formação do ACS de norte a sul do país, com destaque para o estado do Tocantins, o único a oferecer a formação técnica completa, financiada com recursos da própria secretaria de saúde.

A seção Especial deste mês vai falar das Escolas Técnicas da Região Sul. Essa região do país, apesar de pequena em termos de tamanho de território, é grandiosa em suas ações e esforços para adaptar e oferecer formação de qualidade às diferentes realidades que são próprias de uma região influenciada por uma forte imigração de europeus e pela diversidade cultural dos países fronteiriços. No Paraná, por exemplo, a escola precisou alterar horários das aulas do curso de ACS em um município de uma região rural e discutir as

especificidades do trabalho de um ACS em uma colônia alemã, onde a língua materna ainda é o alemão. Em Blumenau, o fato de ter na mesma turma de ACS, alunos de comunidades rurais e urbanas, fez a escola repensar e adaptar o currículo a estas duas realidades. Na EFOS, as aulas do curso técnico de enfermagem no município de Criciúma, foram ministradas em uma mina de carvão desativada, para os alunos conhecerem *in loco* a realidade dos trabalhadores de uma mina de carvão, que causa sérios problemas respiratórios.

Dando continuidade às novidades da nossa Revista, diversificamos o projeto editorial inaugurando novas seções. Na edição passada, a seção **abc Saúde e Educação**, para ajudar você a entender melhor temas relacionados à Educação Profissional em Saúde. E nesta edição estamos estreando uma seção muito especial para nós que vai privilegiar e destacar os alunos das ETSUS: você vai conhecer o **Espaço do Aluno**, uma página para divulgar a produção de conhecimento do corpo discente das nossas Escolas. Portanto, professores e coordenadores de curso: incentivem seus alunos a nos mandarem trabalhos, que divulgaremos com o maior prazer.

Por fim, na seção Aconteceu nas ETSUS, acompanhe as notícias de tudo o que as nossas Escolas vêm fazendo e acontecendo.

**Renata Reis**

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Quero parabenizar toda a equipe da Revista RET-SUS pelo belo trabalho de mostrar os acontecimentos do mundo da Saúde para os diversos trabalhadores que fazem o SUS. Meus parabéns especiais vão para as matérias que esta Revista vem fazendo sobre os agentes comunitários de saúde. Quero ainda deixar algumas sugestões para vocês: gostaria que fizessem em uma próxima edição uma matéria sobre a situação do PL 7495/2006, pois esse projeto é de grande benefício para milhares de ACS; também queria que a Revista tivesse mais reportagens sobre os agentes de combate a endemias, mostrando quais são suas dificuldades em nível regional e qual é a importância do trabalho desses profissionais no controle epidemiológico e de vigilância ambiental para os estados e municípios. Agradeço pela ampla atenção.

**Wellington de Souza**  
Teresina-PI

Parabéns pela iniciativa de vocês! Estava lendo um pouco *on-line* e adorei a Revista! Estou me formando agora em licenciatura em ciências biológicas e pretendo prestar concurso para escolas técnicas na área de saúde, de que sempre gostei. Tenho certeza de que a Revista vai me trazer importantes informações e será uma aliada para toda a minha carreira.

**Vanessa Sodré**  
Rio de Janeiro - RJ

Olá! Gostaria de parabenizar esta maravilhosa Revista por nos mostrar a realidade do que acontece no dia-a-dia do SUS.

**Eliane Mesquita Sousa**  
Acailândia - MA

Gostaria de receber gratuitamente a Revista, pois o conteúdo por ela abordado é muito importante para minha atuação como enfermeira do PSF.

**Marta Ailza de Queiroga**  
Uiraúna - PB

# Região Sul oferece Educação Profissional para

## Alunos discutem características locais nos cur

A região Sul ocupa apenas 6,76% do território brasileiro, mas se destaca do resto do país não só pelo seu clima subtropical, mas também por sua diversidade cultural – além de colônias alemãs e italianas, os estados do sul ainda têm influência dos países fronteiriços. Para atender de forma eficiente à população do Paraná e de Santa Catarina — no Rio Grande do Sul, ainda não há ETSUS —, as Escolas Técnicas do SUS adequam o seu currículo para a realidade local.

No Paraná, o Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha teve que adaptar o seu currículo do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde para que os ACS do município de Campo Largo – zona rural – pudessem concluir o primeiro módulo do curso. “Tivemos que mudar o horário da aula e concentrar a carga horária para facilitar o deslocamento deles dos sítios e chácaras para a Escola. Os ACS têm aula o dia inteiro três vezes na semana em

vez de terem aula todas as noites, como fazemos na maioria dos municípios”, explica a coordenadora do curso, Arlete Spoladore, que conseguiu uma parceria com a prefeitura local. “O município se responsabilizou pelo transporte dos alunos”, diz.

Em São Jerônimo da Serra (PR), Izamari Pereira, professora do curso Técnico de ACS e enfermeira do PSF da região, conta que mesmo no meio do curso, os agentes comunitários já estão fazendo atividades para mudar a realidade local. “Temos um alto índice de gravidez na adolescência. No curso, já discutimos muito sobre como reduzir isso e chegamos à conclusão de que o melhor será fazer palestras nas escolas para orientar os adolescentes. Eles farão isso em breve. Por enquanto, estão dando orientações individuais, durante as visitas domiciliares”, explica Izamari. Já na zona rural do município, os 15 ACS da turma vencem as longas distâncias indo a cavalo, a pé ou de moto visitar as famílias.

No município de Goioerê (PR), no noroeste do estado, os agentes comunitários de saúde que estão fazendo o curso começaram o primeiro módulo discutindo a epidemia de dengue que tomou conta da cidade de fevereiro a maio de 2006. “Eles não só quiseram saber mais sobre o assunto, como participaram, junto com os agentes de combate a endemias, da campanha de conscientização da população. Durante as visitas domiciliares, os ACS explicavam como a dengue se espalha e procuravam lugares onde a larva pudesse se desenvolver”, conta Célia Tonelli, professora do curso. “Mas a conscientização é um processo de educação continuada. Por isso, este ano, os ACS já estão dando orientações novamente, apesar de termos obtido um excelente resultado no combate à epidemia no ano passado”, diz Célia.

Outro tema que envolveu a turma foi a discussão sobre discriminação contra os ACS. “O assunto surgiu porque no bairro de Jardim Primavera, um ACS, que é homossexual assumido, estava sendo impedido de entrar nas casas para as visitas. Houve um problema também com os bandidos da área que alegaram que o agente sabia da vida de todo mundo e os entregava para a polícia. Tivemos que transferi-lo para uma outra área



Grupo de teatro de alunos da EFOS se apresenta para crianças

dentro do mesmo PSF”, conta Célia, que também é enfermeira do Programa de Saúde da Família. “Depois disso, os alunos decidiram fazer uma pesquisa em suas comunidades para saber o grau de preconceito da população. Formularam perguntas sobre sexualidade e cor. O resultado deve ser divulgado ao final do curso”, diz.

No sul do Paraná, no município de Palmeira, a 76 quilômetros de Curitiba, a colônia alemã Witmarsum, que tem cerca de 3 mil habitantes, é dividida em aldeias e o alemão é a língua falada nas escolas. As especificidades dessa comunidade foram discutidas no curso da ETSUS, já que a única agente comunitária de saúde da região é aluna do curso. “Ela é descendente de alemães e, por isso, conhece bem as cerca de cem famílias que atende. Uma das principais características da comunidade Witmarsum é o baixo índice de gravidez na adolescência, já que eles seguem a religião menonita, que prega a virgindade até o casamento”, explica Luiz Wonestret, professor do curso, que lembra que a principal doença dessa população – a hipertensão –

# municípios com imigrantes italianos e alemães das ETSUS e mudam realidade do serviço

é consequência da alimentação à base de embutidos e do consumo de cerveja. “Além disso, como esses imigrantes trabalham em grandes plantações, a ACS também se preocupa em dar orientações sobre o uso de agrotóxicos e o câncer de pele”, diz Luiz. Na zona rural de Palmeira, a cerca de 40 quilômetros do centro da cidade, os ACS vão a cavalo ou de carroça aos sítios da região. “Nesse local, como o médico só vai uma vez por semana a cada posto de saúde, os agentes comunitários fazem as visitas para saber quem precisa de consulta médica e marcam a consulta para o membro de sua comunidade”, conta o professor.

No Vale do Itajaí, a ETSUS Blumenau (SC) começa a trabalhar as especificidades já na capacitação pedagógica. “Nós explicamos para os futuros docentes que, na metodologia da problematização, é preciso levar para a sala de aula os problemas enfrentados pelo aluno nos serviços. Por isso, falamos sobre temas que muitas vezes são comuns a todos os municípios, como gravidez na adolescência e prostituição. Ensina-os os professores a trabalharem cada tema usando, por exemplo, dramatizações”, explica Nauria Guimarães, pedagoga da Escola.

Durante o curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde no bairro Velha, em Blumenau, os professores tiveram que adaptar o currículo a duas realidades: a dos alunos que trabalhavam em comunidades da cidade e a dos que atendiam famílias da zona rural. “Quando falávamos sobre o número de famílias que deviam ser visitadas mensalmente, tínhamos que levar em conta que os ACS da zona rural andam até três quilômetros para chegar a cada casa”, diz Nanci da Silva, professora do curso. Além disso, segundo Nanci, uma questão levantada no curso foi a da obesidade infantil, muito comum nas áreas onde existem descendentes de italianos. “Era um assunto que interessava a todos os alunos. Por isso, no curso falamos sobre a reeducação alimentar, ensinamos os ACS a calcularem o índice de massa corporal e a identificarem

a obesidade mórbida”, afirma Nanci. Alguns alunos da turma criaram grupos sobre obesidade para crianças e adultos nas comunidades e organizaram um grupo de caminhada. “Os agentes identificam as pessoas que precisam de encaminhamento para o posto de saúde e os incluem nas turmas de caminhada”, conta Nanci.

Outro tema discutido na aula foi a falta de saneamento básico na região. “Os ACS fizeram grupos de trabalho para tratar do tema do lixo, da reciclagem e apresentaram o resultado para a comunidade”, diz a professora. Na região de Garcia, um dos problemas enfrentados pelos agentes comunitários de saúde é o aparecimento de alguns casos de leishmaniose cutânea – doença que afeta a pele, causa úlceras no rosto, nos braços e nas pernas – e leishmaniose visceral, que é a forma mais perigosa da doença, provocando febre, perda de peso e crescimento anormal do baço e do fígado. “Conversamos sobre isso no curso e eles fizeram palestras na região para falar sobre o mosquito palha, transmissor da doença. Eles também prepararam um material educativo para a população”, explica Nanci.

No curso Técnico em Higiene Dental, a professora Kátia Brasil falou sobre dois tipos de restauração estética usados no estado. “Hoje, a maioria dos municípios usa a resina fotoativável. Mas, alguns municípios do nosso estado ainda trabalham com resina quimicamente ativada. Sendo assim, explicamos para os alunos como usar os dois tipos de resina”, conta a professora, que também falou sobre doenças comuns na região de atuação dos THDs. “No curso de THD não falamos apenas sobre saúde bucal. Tentamos dar uma noção geral sobre saúde para o aluno. Na região de Ituporanga, por exemplo, os THDs quiseram saber mais sobre a hantavirose, doença transmitida pelo rato silvestre, que dá febre, dor no corpo e dificuldade para respirar”, diz Kátia.

Em Chapecó, cidade do oeste catarinense, a turma do curso de Agente Indígena de Saúde da Escola de Formação em Saúde (EFOS) propôs uma mesa-re-

donda com os pajés de diversas aldeias para explicar como é feito o uso das ervas no tratamento de doenças. “Os pajés falaram sobre as tradições indígenas e as ervas como uma maneira de tratar doenças como, por exemplo, o alcoolismo. Eles também chamaram a atenção sobre a dificuldade em transmitir esse conhecimento para as novas gerações”, conta Rosana Nunes, coordenadora pedagógica da EFOS.

Na turma de Auxiliar de Enfermagem, os alunos discutiram em sala de aula a questão do acúmulo de lixo no mangue da cidade e a proliferação de ratos, mosquitos e o aparecimento de parasitoses e dengue. “No curso, falamos sobre a importância da reciclagem e do combate aos esgotos clandestinos que deságuam no mangue. Os auxiliares agora já sabem dar orientação à população que chega ao posto de saúde”, explica Cleonete Argente, professora do curso. Outra turma do mesmo curso criou um grupo de teatro para trabalhar o tema humanização. “O grupo fez algumas apresentações no Hospital Infantil Joana de Gusmão e no Hospital Regional de São José”, conta Cleonete.

No município de Criciúma, no sul de Santa Catarina, os alunos do curso Técnico de Enfermagem tiveram a maioria das aulas fora da sala de aula. “Queríamos que os profissionais tivessem vivência prática de cada um dos assuntos do curso. Por isso, como estamos em uma reunião de minas de carvão e a maioria da população sofre com doenças respiratórias, levamos os alunos a uma mina desativada e lá explicamos como fazer uma nebulização, falamos sobre medicação e sobre a assistência hospitalar”, explica Giselda Freitas, professora do curso.

Em Concórdia, região rural, os técnicos de enfermagem aprenderam sobre as principais doenças causadas pelo uso excessivo do agrotóxico. “Temos muitos casos de câncer de esôfago, de pulmão e de boca. Trabalhamos esse assunto em dinâmicas em sala de aula”, explica a professora Terezinha Sulenta. ■



## Aluna da ETIS pesquisa relação público-privado na Saúde

Trabalho de conclusão do curso analisa condições do estágio supervisionado

**A**o contrário do que muita gente pensa, vender bens públicos não é a única forma de privatizar. Essa é uma das premissas do trabalho 'Interfaces do estágio supervisionado: do público ao privado', desenvolvido por Leila Márcia da Silva na conclusão do curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola Técnica do SUS Enfermeira Izabel dos Santos, do Rio de Janeiro. A aluna pesquisou as dificuldades enfrentadas pela escola pública no campo de estágio, tanto no que diz respeito à obtenção de convênio com os hospitais do SUS quanto no que se refere ao tratamento recebido pelos alunos. E as conclusões são preocupantes: segundo ela, a carência de investimentos nos hospitais públicos está gerando uma "exclusão gradativa do público no público" e, conseqüentemente, sua privatização indireta. "Essa pesquisa nos faz pensar que, atualmente, mesmo no setor público, as relações se tornam cada vez mais privatizantes", analisa Ana Jesuíno, professora da ETIS que orientou o trabalho. Privatização é entendida, no estudo, como um processo maior de reestruturação do capitalismo, caracterizada, dentre outras coisas, pelo "progressivo desmantelamento do Estado como agência produtora de bens e serviços e como aparelho institucional orientado a garantir e promover os direitos de cidadania".

O interesse pelo tema nasceu da experiência de estágio da própria aluna. Além de um estudo descritivo, Leila fez entrevistas com coordenadores do curso de Enfermagem na ETIS e com coordenadores do curso em um dos hospitais pesquisados e distribuiu questionários para 28 alunos da sua turma, embora, desses, apenas oito tenham respondido. Para qualificar a discussão teórica, ela usou como bibliografia os autores Pablo Gentile, Herbert de Souza e Eva Maria Lakatos.

### Tratamento desigual

A pesquisa identificou que uma das dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas são as exigências, muitas vezes indiretas, que os hospitais fazem para aceitar receber estagiários. São pedidos como a doação de materiais e equipamentos ou mesmo a contratação de profissionais da própria rede para atuarem como supervisores. Como as escolas públicas também têm dificuldades de recursos, o ciclo da privatização se fecha. Em outras palavras, cria-se, de acordo com o estudo, uma enorme discrepância entre o número de alunos de escolas públicas e privadas nos hospitais do SUS. "Normalmente a escola pública consegue convênios em postos de saúde por meio de solicitações pessoais", explica Leila.

A diferença aparece também na relação com o aluno durante a prática de estágio. Os alunos entrevistados contaram que, na maioria dos plantões, passaram por situações constrangedoras e presenciaram atitudes excludentes, como a divisão desigual de material – luvas, por exemplo – e até da quantidade de pacientes a serem tratados. "Os alunos das escolas particulares tinham seu material exclusivo", conta. Uma frase destacada no trabalho chama a atenção: "Pediram para que nos retirássemos para deixar o campo livre para uma escola privada". E outro perigo é que esse processo pode ser naturalizado: "É possível que essas ações não sejam reconhecidas como privatizantes por esses gestores, mas cerceiam a cidadania, excluem o ente público das relações de serviços e afetam diretamente a formação dos futuros profissionais para a área da saúde", diz a conclusão do trabalho.

O questionário perguntava aos alunos se eles deveriam ter acesso privilegiado aos hospitais do SUS, por já serem do setor público. "Sim, porque já somos da casa. É incrível que quem vem de fora tenha mais privilégio do que qualquer um da rede pública", respondeu um. Leila, porém, acha que as escolas devem ter entrada igualitária, já que o SUS é para todos.

Na opinião da autora do trabalho, não tem mesmo cabimento as instituições

privadas terem privilégio sobre as públicas. Ela também acha que não faz sentido escolas públicas precisarem 'pagar' para usar o próprio setor público. Mas ela busca a raiz do problema. "Precisamos entender também que os hospitais do SUS 'cobram' porque estão numa situação precária e, portanto, realmente precisam de melhorias na sua estrutura", diz.

### Estudo engajado

O trabalho também propõe soluções. Uma das sugestões é que a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) desenvolva políticas junto ao Ministério da Saúde, ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) e aos Conselhos Municipais de Saúde, para que as Escolas tenham o acesso merecido aos hospitais do sistema que elas próprias integram. "É importante verificar se o problema enfrentado pela ETIS se repete em outros estados. É preciso lutar pelo aumento de convênios e pela melhoria das condições dos hospitais do SUS para que eles não precisem recorrer a pactos como esses", incentiva Leila. E também, como diz o trabalho, para que se "resgate a lógica do bem coletivo". Na opinião de Ana Jesuíno esses dados mostram ainda que os profissionais de saúde não conhecem a missão das ETSUS.

A aluna levou seu trabalho para o 58º Congresso Brasileiro de Enfermagem, que aconteceu em Salvador, em novembro do ano passado. Leila, que em abril terminará a complementação para o técnico, contou que houve muita discussão em torno do tema. Para Ana Jesuíno, a ida a eventos científicos é uma oportunidade de o aluno articular a prática com a reflexão e reconhecer a importância de lutar por mudanças. "A ETIS estimula a participação de seus alunos em congressos, pois lá eles experimentam a convivência com outros atores sociais, o que proporciona o seu desenvolvimento nas dimensões política, técnica e social", explicou. ■

# Agentes Comunitários de Saúde se qualificam e atuam melhor no SUS

As ETSUS já formaram mais de 72 mil ACS no primeiro módulo do curso técnico

Setenta e dois mil agentes comunitários de saúde do Brasil inteiro já concluíram o primeiro módulo do curso técnico desenvolvido pelas Escolas Técnicas do SUS e outros 68 mil entrarão em sala de aula em 2007. No Tocantins, estado que decidiu financiar, com recursos próprios, a continuidade da formação dos agentes, 2.676 trabalhadores já terminaram inclusive a segunda etapa, faltando apenas uma para completar a formação técnica. Sinal dos tempos: houve uma época em que bastava ter mais de 18 anos, disponibilidade de horário e saber ler e escrever para ser agente comunitário de saúde. Hoje, a lei 11.350/2006 exige o ensino fundamental completo e um curso de formação inicial — que está sendo financiado pelo Ministério da Saúde. Mas as discussões sobre o perfil de formação desse trabalhador levaram, em 2004, à construção dos Referenciais Curriculares para um curso técnico, que foi aprovado e, portanto, formalmente criado, pelo parecer 19/2004, do Conselho Nacional de Educação. “É preciso saber qual o projeto que temos para o SUS. Na minha opinião, na área da saúde, o mínimo deve ser a formação técnica. No caso do ACS, se ele é um educador, e se achamos que educar é um ato complexo, ele precisa de uma formação adequada”, opina Márcia Valéria Morosini, pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).

## Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde é uma conquista recente

Foram mais de dez anos de reivindicação por uma formação profissional desde que os ACS começaram a atuar no PACS. Finalmente, em 2004, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação (MEC) construíram coletivamente a proposta de uma formação técnica de 1.200 horas, dividida em três módulos. “Os ACS deveriam ter um curso que atendesse à complexidade do seu trabalho e, no nosso entender, só poderia ser um curso técnico. Em oficinas, discutimos o perfil profissional do agente comunitário, que foi elaborado para permitir que esse profissional seja um educador qualificado em sua comunidade, além de ser o elo entre a população e o serviço”, explica Márcia Valéria, que participou da elaboração dos referenciais curriculares desse curso.

Antes da proposta de formação técnica, os ACS faziam apenas pequenos cursos temáticos. Tereza Ramos lembra que, no início dos anos 80, quando formou junto com seus colegas uma comissão para ajudar as pessoas que não conseguiam ser atendidas nos hospitais, não havia curso para os agentes de saúde. “Naquele tempo, quem não tinha carteira assinada não podia receber atendimento médico. Nós ficamos incomodados, começamos a discutir a lei que permitia isso e nos engajamos no Movimento Popular de Saúde, que se espalhou por todo o país. Especificamente em nosso bairro, tivemos a ajuda das pastorais da Igreja Católica, que nos ofereceu um curso sobre saúde com duração de seis meses. Os médicos nos ensinaram anatomia e outras questões mais específicas do trabalho em saúde”, diz a ACS. Mesmo em 1994, depois da cria-

ção do Programa de Saúde da Família (PSF), os agentes comunitários de saúde continuaram sem a perspectiva de fazer um curso que os certificassem. A maioria passava por uma capacitação rápida com o enfermeiro do PSF que era seu supervisor. “Nós queríamos um certificado. Tínhamos vários cursos de assuntos específicos, mas não tínhamos como provar que éramos ACS”, diz Tereza Ramos.

## A formação e os serviços

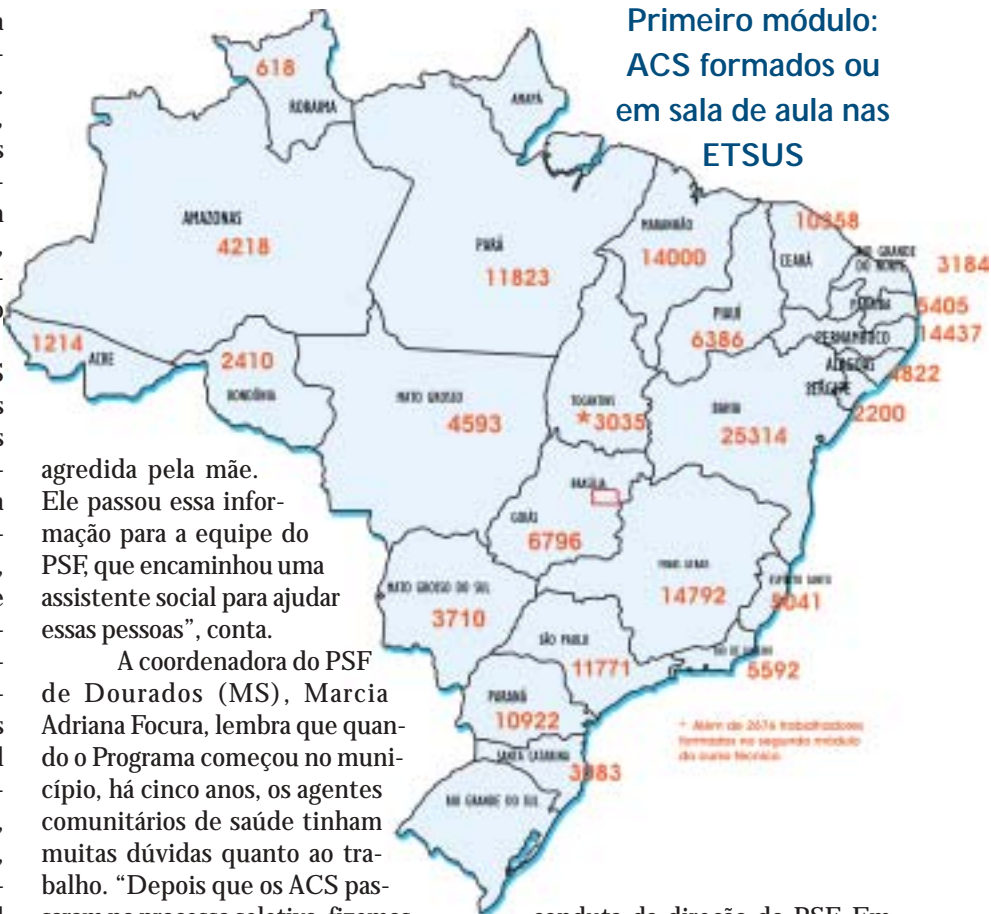
Para Tereza, o primeiro módulo do curso técnico de ACS atualiza os conhecimentos dos agentes e já contribuiu para o aumento da escolarização dos trabalhadores. “Eu, por exemplo, descobri no curso que o calendário de imunização tinha mudado. O curso também foi importante para dar uma ‘sacudida’, para nos motivar a voltar a estudar. Hoje, estou completando o ensino médio numa escola estadual. Todos os dias à noite, vou à aula com mais de 90 colegas do

A profissão mesmo só foi criada em 2002, com a Lei nº 10.507. Mas muito antes disso os ACS já trabalhavam no Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), criado em 1991, pelo Ministério da Saúde (MS) como um processo de reorganização da atenção básica em saúde. Mas, a origem desses trabalhadores remete à década de 70. Nessa época, eles eram chamados de agentes de saúde e davam orientações às comunidades.

PSF”, disse. No curso propriamente, ela sentiu falta de alguns assuntos referentes ao dia-a-dia da sua comunidade. “Faltou falar, por exemplo, sobre drogas, homossexualismo e prostituição. Nós cadastramos várias famílias homossexuais e alguns ACS se relacionam mal com essas pessoas por falta de orientação”, conta Tereza, que espera que essas questões sejam discutidas no segundo módulo do curso técnico.

De um modo geral, as ETSUS tomaram os Referenciais Curriculares como base, mas acrescentaram aos seus planos de curso temas que têm relação com as características de cada município. Isso porque os ACS atendem comunidades rurais e urbanas, cidades de pequeno, médio e grande porte, cada uma com seu nível de complexidade e com perfis epidemiológicos específicos. “As apostilas do primeiro módulo do curso seguiram os Referenciais, mas os ACS da capital sentiram falta de conteúdos mais específicos do trabalho na comunidade, como vacinação, dengue e malária”, conta a coordenadora do curso no Centro de Educação Técnico-Profissional na Área da Saúde (Cetas/RO), Dorislene Cantarela, que já fez alterações no material que será utilizado pelas turmas descentralizadas. “Explicamos alguns conceitos com mais detalhamento e diminuímos o texto de outros sugeridos pelos docentes. Além disso, o restante dos ACS da capital também terá o curso modificado”, diz Dorislene.

Em Blumenau (SC), a coordenadora do PSF, que também coordenou o primeiro módulo do curso técnico de ACS da Escola Técnica de Saúde de Blumenau, percebeu uma melhora nas relações de trabalho nas equipes da região. “No curso, os agentes comunitários de saúde aprenderam não só a traçar corretamente o perfil epidemiológico de sua comunidade, como a insistir no acompanhamento de todas as famílias, o que não era feito anteriormente. Além disso, eles já conseguem identificar problemas sociais que podem afetar a saúde. Tivemos um agente que percebeu que, numa família, uma criança era



## Primeiro módulo: ACS formados ou em sala de aula nas ETSUS

agredida pela mãe. Ele passou essa informação para a equipe do PSF, que encaminhou uma assistente social para ajudar essas pessoas”, conta.

A coordenadora do PSF de Dourados (MS), Marcia Adriana Focura, lembra que quando o Programa começou no município, há cinco anos, os agentes comunitários de saúde tinham muitas dúvidas quanto ao trabalho. “Depois que os ACS passaram no processo seletivo, fizemos uma oficina de 40 horas para falar do Sistema de Informação da Atenção Básica, de como fazer a visita domiciliar e da importância do cadastramento. Mas, mesmo assim, toda semana nós reuníamos a equipe e os enfermeiros respondiam às dúvidas mais frequentes”, conta Marcia, que vê grande mudança na atitude dos agentes depois do curso formal. “Eles ficaram mais críticos, com uma visão mais abrangente sobre os problemas da área em que atuam. Agora, eles firmaram uma parceria com as pastorais da criança para acompanhar o trabalho que essa instituição faz de distribuir multimistura e pesar os pequenos”, diz a coordenadora.

Em Natal (RN), os agentes comunitários de saúde do PSF de Planície das Mangueiras, que fizeram o primeiro módulo dado pelo Centro de Formação Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manuel da Costa Souza (Cefope), voltaram para os serviços com suas atribuições na ponta da língua. “Eles questionaram até mesmo a

conduta da direção do PSF. Em 2004, quando o Programa começou por aqui, os ACS ajudaram a organizar o arquivo do posto, função dos apoios administrativos. Além disso, às vezes eles deixavam nas casas das famílias da comunidade as fichas de referências, que deveriam ser retiradas pelas pessoas no próprio posto. Ao voltarem de uma aula do curso, os ACS pediram uma reunião com a direção e perguntaram se eles sabiam que aquilo não eram atribuições dos agentes comunitários de saúde. Essa conversa foi ótima porque eles nos lembraram das nossas atribuições também”, conta Maria Madalena Dantas, uma das enfermeiras da equipe.

No município de Itapeva (SP), Ana Lúcia Modeneve, coordenadora do PSF e professora do curso Técnico de ACS do Centro Formador de Osasco, percebeu que os 110 ACS da cidade estão mais comprometidos com a comunidade. “A qualidade do serviço melhorou muito. Eles estão mais motivados e as enfermeiras supervisoras têm elogiado muito o trabalho



dos ACS”, diz Ana. “Em um dos nossos postos, os agentes pediram a compra de um dicionário. Isso porque durante as aulas eles liam textos e procuravam as palavras que não conheciam. Queriam continuar fazendo isso nos serviços. E, claro, o pedido foi atendido”, afirma a coordenadora.

A coordenadora do PSF de Gurupi (TO), Érica Vieira, afirma que depois do curso os agentes comunitários de sua equipe estão orientando melhor a população. “As visitas domiciliares são feitas com mais cuidado e os ACS estão conseguindo prevenir doenças”, conta, destacando a melhora dos serviços: “Depois do curso, eles estão planejando suas ações e seguindo um roteiro de visitas”.

### A formação e os trabalhadores

Mas não foram só os coordenadores do PSF que perceberam a trans-

formação nos serviços. Os ACS também acham que mudaram sua relação com o trabalho e estão mais preparados para atender melhor a comunidade. Maria Auxiliadora Silva, por exemplo, trabalha há seis anos como ACS na comunidade do Boi Morto, no município de Porto Estrela (MT), e antes de fazer o curso da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, seu trabalho se resumia a visitar as famílias e pesar as crianças da comunidade. “Quando ingressei no PSF, tive um treinamento de dois dias para aprender a fazer o cadastro. Mas eu não dava nenhuma importância para o preenchimento das fichas. Simplesmente não as usava. No primeiro módulo do curso técnico aprendi para que servem as fichas e agora só ando com elas”, conta. “Também aprendi a planejar as visitas e a me comunicar com as famílias. Às vezes faço até três visitas por mês a uma mesma casa. Depende do problema de cada um. Se eu encon-

trar, por exemplo, uma criança com diarreia, ensino a mãe a fazer o soro caseiro e no outro dia volto para saber se a criança melhorou. Acompanhando a minha comunidade, que tem 70 famílias, já identifiquei os grupos de risco, que são os que moram perto das fossas e utilizam água não tratada”, disse a ACS, que também organiza palestras para a comunidade. “Aprendi a dar palestras no curso. Hoje reúno as pessoas para falar sobre hipertensão, diabetes e colesterol”, conta.

Em Palmas (TO), Maria da Cruz Araújo começou a trabalhar para o SUS em 1997, mas ainda como agente de combate a endemias (ACE), durante uma epidemia de dengue. Só se tornou ACS quase dois anos depois, quando o PSF não conseguiu gente suficiente para suprir a demanda da comunidade. “Comecei a trabalhar como ACS apenas com um curso de 15 dias que fiz quando entrei como ACE. Depois fiz algumas capacitações de um



Maria Auxiliadora orienta família em Porto Estrela

## Pesquisa investiga perfil dos ACS nas capitais brasileiras

A maioria dos agentes comunitários de saúde que trabalha nas capitais brasileiras tem o ensino médio completo. Além disso, a maior parte é do sexo feminino e não trabalhava na área da saúde antes de ser ACS. Esses são alguns dos resultados da pesquisa 'O Agente Comunitário de Saúde como um sujeito da reorganização da atenção básica à saúde: atribuições, processos de capacitação e a identidade do ser Agente', desenvolvida por Joana Azevedo por encomenda da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde. A pesquisa foi feita durante o ano de 2006 e envolveu os municípios de Campo Grande, Natal, Palmas, Recife, Rio de Janeiro e Rio Branco.

Em cinco das capitais estudadas, a maioria dos ACS está vinculada ao Programa de Saúde da Família (PSF). Apenas em Campo Grande 95,7% desses trabalhadores atuam no Programa Agente Comunitário de Saúde (PACS). A pesquisa investigou também a forma como os agentes ingressaram no PSF. Na maioria dos lugares estudados, a modalidade foi prova escrita; só em Palmas há mais agentes contratados por meio de entrevista.

Além de caracterizar os ACS das capitais, a pesquisa buscou também conhecer e discutir os processos de formação desses trabalhadores. Em todas as cidades estudadas, a maioria dos ACS classificou o início do curso como ótimo ou bom. A metodologia, os professores, o espaço físico e o material didático também foram unanimemente aprovados. Em relação ao conteúdo, apenas os ACS de Rio Branco classificaram como regular sua adequação ao trabalho — em todas as outras capitais, prevaleceu o ótimo.

Vontade de ser útil foi o que levou a maior parte dos entrevistados a se tornarem ACS em quatro das capitais estudadas. Nas outras duas (Campo Grande e Rio Branco), a motivação foi o desemprego/necessidade. Em todos os locais pesquisados, o maior motivo de satisfação no trabalho expresso pelos agentes foi a possibilidade de ajudar e ser solidário com os outros. Já no item insatisfação, deu empate: em Natal, Palmas e Recife, a maioria dos agentes reclama de ter que marcar consultas e exames. Nas outras três capitais, o desagrado maior ficou com as condições de trabalho. Os dados mostraram ainda que, nas seis cidades, a maior parte dos ACS se julga "batalhador/vitorioso" — em Natal, essa opinião praticamente empatou com a resposta "polivalente/faz tudo".

Por fim, quando perguntados sobre as expectativas em relação ao futuro profissional, cursar uma faculdade foi o principal desejo manifestado pelos ACS de Campo Grande e Palmas. Nas outras quatro capitais, o plano mais citado foi "manter-se na área da saúde". Mas as respostas a essa pergunta não eram mutuamente exclusivas.

8

dia sobre diarreia e cartão das crianças. O trabalho mesmo aprendi no dia-a-dia", conta. Somente em agosto de 2005, Maria começou o curso de ACS, ministrado pela Escola Técnica de Saúde do Tocantins. E, em 2006, terminou a segunda etapa do curso. "No primeiro módulo, aprendemos a história do SUS, que eu não conhecia. No segundo, tivemos uma formação mais específica para o serviço. Aprendemos muita coisa sobre saúde da mulher, do homem, do adolescente, da criança e

do idoso", explica ela, que formou grupos sobre esses temas na sua comunidade. "Nós nos reunimos mensalmente com as mulheres para incentivá-las a cuidar da sua saúde. Com os homens, ainda estamos fazendo um trabalho de levantamento de quantos já fizeram o exame de próstata e explicando a importância do comparecimento ao posto", diz a ACS.

No município de Itaboraí, no Rio de Janeiro, Aurélio Cordeiro começou a trabalhar no PSF em 2002 e, na

época, fez apenas um curso de capacitação com duração de uma semana. "Mesmo assim, fomos a campo sem saber quase nada. Só depois do primeiro módulo do curso técnico aprendi a fazer uma visita domiciliar adequada", conta ela, que, depois de ser aluna da Escola de Formação Técnica em Saúde de Enfermeira Izabel dos Santos, já mapeou a sua área e propôs soluções para as regiões de risco. "As pessoas que moram perto do valão sofrem com verminoses e com enchentes por causa do acúmulo de lixo na vala. Quando contei isso no curso, fui instruída a incentivar os moradores a condicionar o lixo de maneira correta. Eles já construíram um latão e estão até recapinando o entorno do rio", orgulha-se a ACS.

Em Paranavai (PR), o curso do Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha também ajudou a melhorar a relação dos ACS com o serviço, como afirma Ana Angélica Guimarães, que atende 106 famílias. "Mudou muita coisa depois que terminei o primeiro módulo do curso. Antigamente eu só falava sobre doenças na visita e hoje sei que preciso entender por que a pessoa está com essa ou aquela doença para orientar melhor. Acabamos descobrindo, por exemplo, que alguém tem hipertensão porque tem problemas familiares. Então, tenho que fazer um trabalho com a família inteira", explica a agente, que quer terminar o curso técnico. "Aprendi muita coisa. Agora quero mais!", diz.

### E agora?

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), já investiu mais de R\$ 124 milhões para as Escolas Técnicas do SUS oferecerem o primeiro módulo do curso para quase 180 mil ACS. O financiamento das outras etapas ainda não foi pactuado na Comissão Intergestores Tripartite, mas tornou-se uma bandeira de luta da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde. E eles não estão sozinhos.



Marcia Adriana, coordenadora do PSF de Dourados (MS), acha que a formação técnica será fundamental para os ACS. “Eles vão aprimorar seus conhecimentos sobre saúde, juntar o saber popular com o técnico. O resultado do primeiro módulo foi tão bom, que a prefeitura se mostrou disposta a liberar verba para que os agentes comunitários possam terminar o curso técnico”, afirma a coordenadora.

No Paraná, como o município e o estado foram taxativos ao afirmar que não iriam destinar verba para a continuação do curso, o Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha decidiu estender o curso em mais 40 horas e incluir alguns assuntos dos módulos 2 e 3. “Acrescentamos conteúdos que dizem respeito ao meio ambiente, a saúde bucal, nutrição e saúde nas diversas fase da vida”, explica Arlete Spoladore, coordenadora do curso na ETSUS. Mas Arlete não acha que o acréscimo de algumas horas pode substituir o curso técnico. “O conteúdo não se esgotou em 440 horas. Queremos continuar o curso e aprofundar, por exemplo, os conhecimentos sobre saúde do idoso”, afirma.

A coordenadora do curso do Cetas também acha que se os ACS de Rondônia não completarem o curso técnico, ficarão muito decepcionados. “Em Porto Velho, por exemplo, todos os agentes comunitários têm ensino médio completo. Eles sonham com o curso técnico. Na primeira etapa, eles reclamaram do conteúdo proposto, por sentirem falta de assuntos mais específicos dos serviços, que são conteúdos do segundo e terceiro módulos”, conta Dorislene. “Além disso, depois do curso, muita gente desistiu da profissão. Só



ACS de Planície das Mangueiras em visita domiciliar

ficou em sala de aula quem realmente gosta de ser ACS. O primeiro módulo foi uma peneira. Mas eles estão esperando a formação completa”, diz.

Já o estado do Tocantins financiou, por conta própria, a continuidade do curso. E, na opinião da ACS Maria da Cruz, de Palmas (TO), o segundo módulo já colaborou para um grande avanço nos serviços. “Antes do curso sabíamos por alto o que era diabetes, hipertensão e artrose. Hoje, temos embasamento teórico”, afirma, fazendo um apelo para os gestores. “As secretarias de saúde só terão a ganhar se nos garantirem o curso técnico completo. Tenho certeza de que o rendimento dos ACS vai melhorar ainda mais. Com conhecimento, o sucesso no trabalho é garantido”, defende. Para ela, é importante que o terceiro e último módulo não só faça um aprofundamento dos temas já aprendidos, como acrescente outros conhecimentos. “Precisamos de atualidades, ou seja, temos que saber as últimas descobertas na área da saúde. A toda hora os cientistas descobrem algo novo

sobre câncer, hanseníase e tuberculose. Com esses conhecimentos vamos poder ajudar mais nossa comunidade”, aposta.

Érica, coordenadora do PSF de Gurupi (TO), concorda que a conclusão do curso técnico vai dar ainda mais qualidade ao serviço dos agentes comunitários de saúde. “Só com o que eles aprenderam nos dois primeiros módulos, já sentimos a diferença na prática. Os nossos 167 ACS terão mais estímulo para trabalhar e estarão mais preparados para atender a comunidade ao final do curso técnico”, diz.

Mas como garantir que o curso técnico saia do papel? Tereza Ramos afirma que a Confederação Nacional dos ACS quer discutir esse assunto diretamente com o novo ministro da saúde. “Estamos esperando o governo definir os novos nomes para fazermos pressão para que o Ministério da Saúde se comprometa a financiar o restante do curso técnico. Sei que a lei não o obriga a fazer isso. Mas tudo vai depender da vontade política”, afirma. ■

## BVS-EPS é certificada pela Bireme

Aconteceu, no dia 22 de dezembro, a certificação da Biblioteca Virtual de Saúde – Educação Profissional em Saúde (BVS-EPS), sediada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

A BVS-EPS está organizada no âmbito da Rede de Escolas Técnicas

e administração e a atualização do site eram feitas por profissionais da Bireme. Segundo Sarah Pimenta, coordenadora da BVS-EPS, a partir de agora a biblioteca terá mais autonomia e visibilidade na página da Bireme, porém, ao mesmo tempo, compromissos maior em manter as fontes



do Sistema Único de Saúde (RETSUS) e tem como objetivo difundir conhecimento técnico-científico armazenado em formato eletrônico e promover a interação entre alunos e profissionais de saúde, e instituições de ensino e pesquisa destinadas à educação de trabalhadores de nível médio para a saúde pública. A EPSJV funciona como núcleo de apoio dessa BVS.

A BVS foi certificada após atender aos critérios de conteúdo, tecnologia, design e navegabilidade do site estabelecidos pelo Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). Antes da certificação, a biblioteca podia ser consultada normalmente, mas

renovadas e o site em desenvolvimento. “Para que a BVS cumpra a finalidade descentralizadora proposta pela Bireme, é preciso que todos ajudem a alimentar a base, principalmente as Escolas Técnicas do SUS, que estão diretamente envolvidas com Educação Profissional e são, portanto, uma fonte muito importante de informação”, diz.

As ETSUS podem contribuir mandando material para o e-mail [bvseps@fiocruz.br](mailto:bvseps@fiocruz.br). “Pode ser material didático, trabalho de aluno e artigos. Em breve, a própria Escola vai receber uma senha para colocar diretamente no site material sobre Educação Profissional em Saúde”, adianta Sarah. O endereço da BVS-EPS é [www.bvseps.epsjv.fiocruz.br](http://www.bvseps.epsjv.fiocruz.br).

## Mais cursos em Tocantins



Alunos no curso Técnico em Nutrição e Dietética

No dia 15 de janeiro, a Escola Técnica de Saúde do Tocantins deu início ao curso Técnico em Nutrição e Dietética para uma turma de 40 alunos, formada por 34 trabalhadores do SUS e seis pessoas da comunidade. As aulas terão duração de 18 meses, o necessário para completar 1.440 horas.

O técnico em Nutrição e Dietética é o profissional que participa, com a supervisão de um nutricionista, do processo de produção industrial alimentício e de programas de alimentação em empresas, escolas e hospitais. O objetivo do curso, segundo a Escola, é formar profissionais que assegurem boas condições de higiene na produção e na manipulação de alimentos.

Nesse mesmo dia, a ETSUS instalou na sua sede o Centro de Antropometria, espaço destinado à capacitação de profissionais na área da Antropologia que estuda as proporções e medidas do corpo humano. E serão justamente os alunos do curso Técnico em Nutrição e Dietética os primeiros a participar do treinamento no lugar. A construção do Centro teve o apoio do governo do estado, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau).

Também no dia 15, a Escola realizou a aula inaugural do curso Técnico em Higiene Dental, na Escola Municipal Antonio Lino de Sousa, no município de Gurupi, para 30 alunos. O curso terá duração de 18 meses e carga horária de 1.480 horas.

## Escola de Saúde Pública de Minas Gerais ganha autonomia

Em 25 de janeiro, quando foi publicada no Diário Oficial de Minas Gerais a Lei Delegada nº 135, a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) ganhou autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Isso significa que a ETSUS deixa de pertencer à Funed (Fundação Ezequiel Dias) e passa a funcionar como órgão autônomo, podendo gerenciar seus cursos, e coordenar, planejar e avaliar suas atividades de ensino sem o crivo daquela instituição. A Escola também fica livre para captar recursos de acordo com suas demandas internas junto a qual-

quer instância – e não só com o Ministério da Saúde –, estabelecer convênios e participar de políticas públicas.

Durante 90 dias, a Escola estará em período de transição, no qual uma comissão formada por representantes da Secretaria do Estado de Saúde, da Escola e da Funed se reunirá para fazer o registro da instituição e discutir o seu funcionamento daqui para frente. Até abril, os profissionais trocarão experiências, para que a transferência de competências e atribuições seja feita da melhor maneira possível.

## Unimontes forma 1.500 ACS no primeiro módulo do curso

Até o final de março, a Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes formará 47 turmas do primeiro módulo do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde. Ao todo, 1.498 trabalhadores de 56 municípios terão terminado 400 horas de aula, que começaram entre os dias 16 de outubro e 3 de novembro do ano passado.

O curso foi conduzido por 200 profissionais – professores, coordenadores locais e auxiliares administrativos – do PSF (Programa de Saúde da Família), capacitados em oficina pedagógica oferecida pela ETSUS. Em três dias, foram discutidas as habilidades e o cotidiano do professor, sua metodologia de ensino, a Educação Profissional do século XXI e a elaboração de planos de aulas condizentes com o projeto de curso existente. “O debate ajuda o professor a adotar procedimentos conforme as características dos alunos e a revisar o

conteúdo das atividades programadas para garantir o sucesso do ensino-aprendizagem”, explica Janete de Sousa, coordenadora geral do projeto de formação dos ACS da Escola.

O curso foi dividido em 320 horas de aulas teóricas e 80 de práticas. Foram realizados mensalmente encontros com professores e alunos para que, juntos, apontassem dificuldades encontradas no decorrer das aulas e modos de contorná-las. Segundo Janete, o objetivo é estimular a reflexão da prática profissional e o reconhecimento de seus limites e potencialidades, para que sejam formados ACS atentos às reais necessidades de saúde de famílias e comunidades. “As propostas não podem mais ser construídas isoladamente, independentemente das realidades locais. É necessário que o processo de trabalho das equipes de saúde da família seja questionado, buscando-se a construção de respostas coletivas às dificuldades”, diz.

## Gestão em Saúde na Unimontes



No dia 15 de dezembro, a Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes realizou, no Hospital Universitário, a formatura de 115 profissionais do curso de Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde. Estiveram presentes na cerimônia o secretário municipal de saúde de Montes Claros, Antônio Júnior Solto, o vice-reitor da Unimontes, João Canela, o diretor da ETSUS, Wilson Ramos, e a coordenadora do curso, Zaida de Paiva. Todos ressaltaram a importância da capacitação de profissionais de saúde pública nos municípios do norte de Minas e lembraram a necessidade de fortalecimento do SUS.

O curso é iniciativa do Pólo de Formação e Educação Permanente em Saúde e conta com o financiamento do Ministério da Saúde e da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Os alunos, que são trabalhadores das secretarias municipais de saúde de 34 municípios no norte de Minas, foram distribuídos em quatro turmas, duas em Montes Claros, uma em Janaúba e outra em Janaína. As aulas, iniciadas em 18 de maio, foram divididas em 160 horas de parte teórica e 20 destinadas à elaboração do trabalho final – um relatório de gestão municipal de saúde –, com a orientação de professores especializados.



## ETSUS Tocantins capacita 240 alunos pelo Proformar

No dia 15 de dezembro, a Escola Técnica de Saúde do Tocantins formou 90 alunos, em três turmas do Proformar (Programa de Formação para Agentes Locais de Vigilância em Saúde), nos núcleos de apoio ao docente (NADs) de Porto Nacional e Guaraí. A Escola já havia capacitado outras turmas nos municípios de Palmas, Araguaína e Tocantinópolis, totalizando 240 alunos formados entre agosto e dezembro de 2006.

O curso, de 168 horas, foi financiado pelo Ministério de Saúde e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em parceria com a Escola Politécnica de Saú-

de Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e as secretarias estadual e municipais de saúde.

Desde 2004, a ETSUS já ofereceu 19 turmas do Proformar em oito NADs, tendo formado 578 trabalhadores que desenvolvem atividades de campo relacionadas ao controle de doenças e à vigilância em saúde (sanitária, epidemiológica e ambiental). Segundo a presidente da Escola, Yolanda Querido Rocha, o objetivo principal é qualificar e certificar esses profissionais que trabalham em áreas essenciais do SUS.

Os alunos foram avaliados por tutores no trabalho de campo, à distância, e acompanhados no

estudo teórico, nos momentos presenciais. “O curso possibilita aos agentes locais de vigilância em saúde realizarem ações de promoção à saúde, baseadas na realidade da comunidade, através da elaboração de diagnósticos sobre as condições de vida da população”, disse a gerente estadual do Proformar, Osmilde Lacerda, na cerimônia de formatura.

Com o objetivo de analisar as atividades desenvolvidas em 2006 e planejar o curso para este ano, a ETSUS realizou, entre os dias 11 e 13 de dezembro, uma oficina de avaliação do programa, que contou com a participação de 25 profissionais da área.

## FHEMIG realiza capacitação para o curso de ACS



Abertura da capacitação pedagógica

A Escola de Formação Profissional da FHEMIG realizou, nos dias 19, 20, 26 e 27 de janeiro, a capacitação pedagógica de 80 profissionais das equipes de saúde da família de sete municípios de Minas Gerais – Caeté, Sabará, Nova União, Taquaraçu de Minas, Jaboticatubas, Santana do Riacho e Santa Luzia.

Os docentes darão aulas no

curso Técnico de Agente Comunitário para 480 alunos, divididos em 11 turmas, cujo início está previsto para março.

Na capacitação, foram abordados assuntos sobre Educação Profissional em Saúde e discutidos conteúdos específicos do curso de ACS, como material didático e modelo de avaliação.



Alunos em sala de aula

## ETSUS Mato Grosso conclui curso de THD

Em dezembro de 2006, a Escola de Saúde Pública de Mato Grosso formou 117 técnicos em higiene dental nos municípios de Alta Floresta, Baixada Cuiabana, Pontes e Lacerda e Tangará da Serra. Segundo a direção da Escola, o objetivo foi tornar esses profissionais aptos a realizar procedimentos que auxiliem na promoção, prevenção e tratamento de saúde, contribuindo para a melhoria dos serviços oferecidos à população.

O curso teve duração de 1.840 horas, distribuídas em quatro módulos curriculares. As aulas foram divididas entre uma parte teórica, realizada em sala de aula e laboratório, e um estágio supervisionado, desenvolvido nas unidades de saúde do SUS com atendimento odontológico. Foram realizados, semanalmente, seminários de integração, nos quais as turmas trocavam experiências vivenciadas no campo de estágio.